



## A PERSONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E AS NOVAS RELAÇÕES PATRIMONIAIS PRIVADAS

### Autor(res)

Emily Kaís Souza De Oliveira Nepomuceno  
Gabriel Pereira Caires  
Arnaldo Souza Silva Neto  
Vinicius Vieira Santana  
Ana Carolliny Pires Menezes  
Shauna Carolyne Moraes De Assis  
Clara Oliveira Almeida

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ITABUNA

### Resumo

É fato que o patrimônio é a essência da discussão do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e, quiçá, do Direito. Este vem acompanhado diametralmente do fator constitucional. A Constituição, de 1988 trouxera já em seu corpo, a fiel defesa da patrimonialidade, agregando ao sujeito de direitos a capacidade de possuir bens e defendê-los materialmente. Somente no Código Civil de 2002, a palavra "patrimônio" é elencada quarenta vezes, dando a devida ênfase no interesse legislativo por parte da compreensão e julgo das possibilidades patrimoniais.

O nascimento de uma nova Constituição para o Brasil também determinara a separação (inicialmente) clara para o Direito. Surgindo os chamados "Direito Público" e "Direito Privado", quase como antagonistas para aqueles que os enxergam meramente pelo critério magistrado, mas conjuntamente palpáveis e aproximáveis para autores clássicos. Se Hans Kelsen tratara o Direito como matéria legal e exata, distanciando a ideia de Direito Privado; Rousseau em complemento, movimentou a discussão para um direito incisivo e determinante nas relações sociais